

O ENSINO PROFISSIONALIZANTE NA ERA VARGAS (1930 – 1945) E A INFLUÊNCIA INDUSTRIAL

Bruno Laurentino da Silva¹ - UERN (b_laurentino_s@hotmail.com);

Robson Diego Silva de Oliveira² - UERN (robson2108@gmail.com);

Karlla Chrisitne Araújo Souza³ - UERN (karlla_chris@yahoo.com.br).

Resumo

É importante que todos os cidadãos compreendam os processos históricos por trás de todas as instituições sociais, sobretudo a educação, para o profissional da área esse conhecimento torna-se obrigatório, a fim de contribuir para uma educação mais democrática e fraterna. O trabalho ora apresentado tem como objetivo mostrar como as mudanças no ensino profissionalizante na era Vargas (1930-1945) sofreram influências do desenvolvimento industrial em curso no país elencando as medidas tomadas pelo estado e enfatizando o ideal de país moderno adotado pelo governo de Getúlio Vargas, além de demonstrar que a dualidade entre o ensino acadêmico e profissional tinha como objetivo manter a estrutura elitista que resistia desde a velha república.

PALAVRAS-CHAVE: Processo Educacional. Industrialização. Era Vargas.

Introdução

O desenvolvimento da indústria no Brasil durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), que assumiu o país após a revolução de 1930 do qual foi líder e que deu fim à velha república e o início da nova república, causou grande impacto na educação, principalmente na educação profissionalizante. Foi registrado nessa época um grande aumento no número de unidades escolares que ministravam cursos profissionalizantes, se em 1935 essas unidades representavam 5,8% daquelas incluídas no ensino médio, em 1945 esse percentual sobe para 26,9%, registrando um aumento de 857%. Nessa época o ensino profissionalizante atendia às necessidades da indústria que se desenvolvia no país, a qual necessitava de mão de obra especializada, além disso, revestiu-se de caráter assistencialista, tendo como objetivo qualificar as classes menos favorecidas para o mercado de trabalho, porém, manteve a dicotomia existente entre ensino acadêmico e profissionalizante, mantendo a estrutura elitista da velha república.

Desenvolvimento

No começo da década de 1920 a economia brasileira baseava-se no setor cafeeiro que se expandia rapidamente, dos anos de 1919 até 1924 as exportações do café aumentaram em 54% como mostra Baer (1996). Durante a década de 1920, no geral, a economia brasileira era agroexportadora e o crescimento industrial foi relativamente pequeno, esse baixo crescimento deve-se principalmente ao fato dos produtos do exterior oferecerem maior qualidade e menor preço, contudo, o Brasil já desenvolve uma pequena estrutura industrial que será fundamental para o futuro desenvolvimento da industrialização nacional.

Em 1930 a grande depressão gera uma crise internacional que causa um impacto fortemente negativo sobre as exportações brasileiras que sofreu uma queda de US\$ 445,9 milhões em 1929 para US\$ 180,6 milhões em 1932. O café perdeu 70% do seu valor em 1931, se comparado com 1925 e 1929 o poder de troca do Brasil caiu em 50%. (BAER,1996).

Como forma de salvar a economia de um colapso, o governo aplica fortes restrições as importações provocando a escassez de bens. Essa medida fortaleceu principalmente as indústrias de manufaturados brasileiros já que seus produtos passaram a ganhar forte demanda. Houve também a abertura de novas metalúrgicas como efeito da procura de artefatos de metais e de modo semelhante as fabricas de cimento.

Na década de 1930 surgiu um dos personagens mais destacados da política brasileira, Getúlio Vargas que em 1930, aproveitando-se de grande descontentamento popular com o regime da velha republica, liderou uma revolução que pôs fim ao regime, depondo o presidente Washington Luís, e impedindo a posse do presidente Júlio Prestes, eleito em 1 de março de 1930. Vargas assume a presidência provisória e rompe com o programa de governo de seu antecessor, substituindo-o por um programa modernizador, de alto controle social e de intervenção econômica (MENDES, 2005). Além disso, tratou de reprimir qualquer manifestação política contrária ao seu governo, tais como a aliança nacional libertadora, de cunho comunista e a ação integralista brasileira de cunho integralista, que surgiram a partir de 1934.

Em 1937, Vargas promove um novo golpe e dá início ao que ficou conhecido na história política do Brasil como Estado Novo, a partir daí o estado faz alianças com os setores da elite brasileira, contudo, de forma estratégica o governo Vargas elabora um conjunto de políticas assistencialistas voltadas principalmente para o trabalho, o que o aproximou da classe trabalhadora.

O governo Vargas investiu na indústria nacional desde 1930, mas é a partir de 1937 que as políticas voltadas para o desenvolvimento da indústria brasileira se tornam mais efetivas, proporcionando medidas gradativas na educação, que deixaria de ser uma educação agrária voltada para a vida no campo para se transformar em uma educação voltada para a formação de mão-de-obra para a indústria, no contexto de urbanização da época.

Tudo isto é importante para identificarmos em que cenário se encontrava a educação profissionalizante nas décadas de 1930 e 1940. Como afirma Machado (1982), alguns fatos indicam que o ensino técnico passa, neste período, por transformações importantes. Logo em 1834, quando iniciou ensino técnico no Brasil (dez anos depois da constituição federal de 1824), na escola de artes e ofícios o mesmo era descentralizado e voltado geralmente para as camadas mais pobres e jovens marginalizados, e o mais importante, o estado não pensava nesse tipo de educação com a devida atenção, ou seja, na constituição federal de 1824, não havia nada que evidenciasse o interesse do estado sobre esse tipo de ensino. No ano de 1930 é criado o ministério de educação de saúde pública que tem como primeira consequência a possibilidade de centralização para o ensino profissionalizante.

Durante o governo Vargas, assim como antes, foi mantido a dicotomia entre ensino acadêmico e profissional, mas a partir desse governo começaram a surgir movimentos que contestassem esse modelo de educação, é o caso do movimento “dos pioneiros” que propunha uma educação acadêmica e profissionalizante em um mesmo estabelecimento de ensino e apontavam que a dicotomia entre cultura e profissionalismo era um reflexo de uma estrutura elitista e antidemocrática. Mas era cada vez mais claro o interesse de Vargas em formar mão de obra para a construção de um modelo de país moderno e urbanizado e a indústria se mostrava como a que proporcionaria tudo isso, é em 1937, com a constituição do estado novo que fica mais clara a aliança do governo com os setores da indústria. Em primeiro lugar dá-se início ao processo de centralização e uniformidade da educação profissionalizante, além disso, em seu artigo 127 a constituição de 1937 renova a dualidade de ensino acadêmico e profissional destinando esse último às “classes menos favorecidas”. É a primeira vez que uma constituição trata desse tipo de ensino, por ela institui-se a cooperação entre estado e indústria.

De 1937 até 1942 é implantada uma série de medidas sobre o ministério de Gustavo Capanema, a criação de escolas técnicas próximas às indústrias; Criação do SENAI que tinha como objetivo a

aprendizagem prática e metódica nas escolas e a assistência em empresas no próprio local de trabalho. Esta assistência era paga com o valor de 1% do salário do próprio trabalhador.

A lei orgânica do ensino industrial unifica a criação do ensino técnico profissional em nível nacional e estabelece como objetivos desse ensino qualificar o profissional para a indústria e transforma-lo em ensino de segundo grau, paralelo ao ensino secundário acadêmico permitindo a entrada em cursos superiores, porém, relacionadas à área de formação técnica, geralmente cursos para formação de professores para o ensino técnico.

Em 1942 é realizada a reforma Capanema, sob influência do fascismo italiano, a lei fazia uma exposição definido o ensino secundário acadêmico como a preparação de homens que deverão assumir a responsabilidade maior dentro da sociedade, portadores de concepções e atitudes de conhecimento, que devem infundir nas massas o que é preciso torna-se habitual entre o povo (MACHADO, 1982).

Conclusão

Pela observação dos aspectos analisados, percebe-se primeiramente que o governo Getúlio Vargas tinha uma visão de país moderno urbanizado, mas o fato é que o Brasil vivia uma crise econômica no setor agroexportador, sua principal fonte de recursos. A indústria torna-se um meio para ambos os fins, porém, era preciso formar mão de obra especializada para essa indústria em desenvolvimento, assim o estado toma várias medidas no campo da educação, aumentando a oferta de vagas nos cursos profissionalizantes, centralizando e uniformizando esse modelo educacional e destinando suas vagas para as classes marginalizadas, classes essas que por sua vez procuravam melhores condições de vida e adentravam no ensino profissionalizante. Em contrapartida, os cursos acadêmicos continuavam a serem ocupados pelas elites, inclusive, segundo os ideias políticos da reforma Capanema (1942), só estes últimos deveriam assumir as posições estratégicas de liderança na organização social.

Bibliografia

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo, 1996.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do Ensino Industrial no Brasil. V.1. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA,1961**

IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio, Ed. Civilização Brasileira, 1977

Machado, Lucília R. de Souza. **Educação e Divisão Social do Trabalho: Contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro**. São Paulo: Autores Associados, 1982

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002

MENDES, Rogério B. **Getúlio Vargas e o Desenvolvimento Nacional**. Perspectivas. Vol. 27. pp. 123-134. São Paulo. 2005.